



DESAFIOS PARA AS UNIVERSIDADES PRIVADAS

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

As universidades privadas serão cada vez mais cobradas da imposição contida na LDB de possuir um terço de professores contratados em regime de tempo integral.

Nada mais lógico, uma vez que as universidades gozam de autonomia justamente porque o ensino, a pesquisa e a extensão nestas instituições devem ser indissociáveis e fazerem parte obrigatória de suas missões, o que implica em um corpo docente diferenciado, em titulação, em regime de trabalho e, como consequência, em produção.

O conceito de universidade adotado no Brasil, justamente por gozar de autonomia, usa alguns dos referenciais das universidades de pesquisa, ou de doutorado no exterior, e não de uma IES cujo maior e quase único objetivo seria a formação profissional de seus alunos, ou seja, as faculdades e centros universitários.

No entanto, a implantação da pesquisa institucionalizada nas universidades privadas vem sendo uma fonte de preocupação crescente dos gestores e um gasto que vem se acumulando e ameaçando a saúde financeira destas instituições, uma vez que o poder aquisitivo dos estudantes e a concorrência não permitem que as mensalidades sejam corrigidas para cobrir os novos encargos.

Os gestores destas instituições se sentem em uma armadilha, porque não conseguem superar a lógica válida para as instituições somente de ensino: de que os alunos de graduação devem financiar todas as atividades de suas IES.

A reação imediata desse segmento à LDB foi a de priorizar a contratação de mestres e doutores, alocar algumas vagas para o regime de tempo integral, criar programas de iniciação científica para os alunos e uma revista interna para publicação de resultados destas “pesquisas”.

A própria forma de remuneração dos regimes seguiu a lógica e a formatação do pagamento do ensino (valor de hora/aula), o que onera de forma indevida essa atividade e acaba por não atender às características típicas da pesquisa: trabalho intensivo e difícil controle da jornada de dedicação.

Depois de algum tempo, acenderam-se os sinais de alerta: gastava-se muito, não se captava nada, nem se produzia publicações científicas, ou livros que justificassem os investimentos.

A origem do problema é que o próprio conceito do que é pesquisa, na maioria das IES privadas, não está, ainda, amadurecido.



A atividade inerente ao professor, especialmente o de nível superior, de se atualizar com as novidades da sua área de atuação passou a ser encarado como uma forma de pesquisa, mesmo que dela não resultasse nenhum conhecimento original. Pesquisas de opinião e/ou levantamentos de casuísticas foram classificados, equivocadamente, como pesquisa científica.

Os professores nomeados para coordenar a pesquisa nestas instituições, normalmente sem experiência na gestão da área, escolhidos por dirigentes que também não têm maiores experiências nesse quesito, adotaram critérios de escolha equivocados, sentindo-se impotentes para priorizar os projetos de pesquisa que chegam à sua mesa de trabalho, oriundos de professores, em grupo ou isoladamente, ou até de alunos, solicitando auxílio financeiro.

De modo geral, estes projetos não tiveram origem natural, sendo formulados pela necessidade dos professores, titulados ou não, mas contratados em regimes de tempo integral, ou parcial, de realizar “pesquisa”. Inverteu-se, assim, a lógica acadêmica. Ao invés de promover, para regime integral, professores com projetos de pesquisa bem sucedidos, é comum até hoje se contratar primeiro em TI para depois o professor tentar inventar um projeto capaz de justificar sua permanência, ou para que ele aprenda com a prática e por meio do financiamento exclusivo por parte da IES.

Por não ter experiência na pesquisa, esses docentes não se sentem em condições de captar recursos fora da própria instituição, seja de agências de fomento à pesquisa, seja por projetos com empresas públicas ou privadas. Em conseqüência, transferem para a instituição a responsabilidade de sustentar suas pesquisas, colocando a culpa no corporativismo das agências contra o setor privado, transformando a IES (e os alunos de graduação) em suas clientes.

Há dois sérios inconvenientes nesta atitude: a IES gasta mais do que devia com a pesquisa e não há emulação para a produção de pesquisa competitiva nacional, ou internacionalmente. Segundo Clark Kerr, ex-reitor da Universidade da Califórnia, o MIT (e o exemplo serve para muitas outras universidades com foco na pesquisa) capta mais recursos externos na forma de pesquisa, extensão e doações do que arrecada com as mensalidades dos alunos. Assim, é possível fazer pesquisa intensiva em uma universidade privada – e só assim.

É preciso que estas atividades procurem sua auto-sustentação - e para isso precisam de planejamento e avaliação específicos - para que aprendam a competir pela captação externos de recursos, porque o aluno brasileiro médio não pode, somente com sua mensalidade, sustentar uma universidade de pesquisa. Só assim, a lógica perversa que assombra os dirigentes das universidades privadas será superada.